

## Dos Movimentos Sociais aos Sócio-Espaciais e Sócioterritoriais: uma Tentativa de Compreensão dos “Movimentos” Pela Perspectiva Geográfica<sup>1</sup>

**Achiles Lemos Neves**

Universidade Federal Fluminense (UFF),  
Correio eletrônico: [geoachiles@yahoo.com.br](mailto:geoachiles@yahoo.com.br)

**Resumo:** Esta pesquisa busca realizar um levantamento da inserção dos movimentos sociais na geografia e, concomitantemente, analisar a forma como esses movimentos vem sendo tratados. Assiste-se na atualidade a um amplo debate acerca da compartimentação do conhecimento que, analisado de forma cartesiana, reflete uma visão de mundo parcial. Essa parcialidade, de certa forma, afasta a geografia dos movimentos sociais, na medida em que os mesmos são tratados no universo geográfico a partir de conceituações próprias de outras disciplinas ou áreas do conhecimento. Ao analisar alguns trabalhos publicados por geógrafos, percebe-se uma gradativa intensificação da influência dessas manifestações, levando a uma consideração das mesmas a partir de conceituações particulares. Essa abordagem utiliza-se de conceitos de outras disciplinas na mesma medida em que se afasta de seus referenciais teóricos de maior relevância, trazendo à geografia a necessidade de criação de referenciais próprios, como os já propostos por alguns autores como “movimento sócio espacial” e “movimento sócio territorial”. Este trabalho tem por objetivo analisar a maior participação da teoria geográfica na compreensão dos movimentos sociais, assim como contribuir para a formulação de conceituações próprias da geografia na classificação dos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, Método científico, Movimento sócio espacial, Movimento sócio territorial.

### De los Movimientos Sociales a los Socio-Espaciales y Socio-territoriales: una Tentativa de Comprensión de los “Movimientos” desde la Perspectiva Geográfica

**Resumen:** Esta investigación procura realizar un levantamiento de la inserción de los movimientos sociales en la Geografía y, concomitantemente, analizar la forma como esos movimientos vienen siendo tratados. En la actualidad se asiste a un amplio debate acerca de la compartimentación del conocimiento, que analizado de forma cartesiana refleja una visión de mundo parcial. Esa parcialidad, de cierta forma, aleja a la Geografía de los movimientos sociales, en la medida en que los mismos son tratados en el ámbito geográfico a partir de conceptuaciones propias de otras disciplinas o áreas del conocimiento. Al analizar algunos trabajos publicados por geógrafos se percibe una gradual intensificación de la influencia de esas manifestaciones, llevando a una consideración de las mismas a partir de conceptuaciones particulares. Ese abordaje se utiliza de conceptos de otras disciplinas en la misma medida en que se aleja de sus referentes teóricos de mayor relevancia, trayendo a la Geografía la necesidad de creación de sus propios referentes, como los ya propuestos por algunos autores como “movimiento socio-espacial” y “movimiento socio-territorial”. Este trabajo tiene por objetivo analizar la mayor participación de la teoría geográfica en la comprensión de los movimientos sociales y también contribuir para la formulación de conceptuaciones propias de la geografía en la clasificación de los movimientos sociales.

<sup>1</sup> Texto para debate elaborado a partir de pesquisas na área de movimentos sociais e método científico.

**Palabras-clave:** Movimientos sociales, Método científico, Movimiento socio-espacial, Movimiento socio-territorial

### **From Social Movements to Movements Socio-spatial and Socio-territorial: In Search of a Geographic Understanding of “Movements”**

**Abstract:** This article surveys the way social movements have been discussed in the geographical literature and the concepts used by geographers to analyze them. The study is situated in the debate about the division of knowledge that, analyzed in a Cartesian way, tends to produce a compartmentalized and thus partial vision of the world. These tendencies have led geography to either neglect the study of social movements or use concepts of other disciplines in order to analyze them. Examining the publications of select geographers, the article notes a gradual increase in the influence of these pressures and a concomitant increase in the influence of non-geographical concepts. The paper argues that the case of social movements demonstrates the need for the discipline to create its own theoretical and conceptual references, such as the notions of "socio-spatial movements" and "socio-territorial movements" already developed by some geographers. The object of the article is to analyze the role of geographic theory in understanding social movements and to contribute to the creation and refinement of geographic concepts for the study of social movements.

**Keywords:** Social movements; Scientific method; Socio-spatial movements; socio-territorial movements

#### **Introdução**

Este trabalho busca realizar um levantamento da inserção dos movimentos sociais na geografia e, concomitantemente, analisar a forma como esses movimentos vem sendo tratados. Assiste-se atualmente a uma ampla discussão a respeito da compartimentação do conhecimento, analisado a partir de um ponto de vista cartesiano, desagregando tentativas de representação de uma única realidade. No meio acadêmico, tal discussão é realizada como uma busca pela multidisciplinaridade. Os movimentos sociais ganham força no contexto da sociedade atual, fenômeno que se repete no universo próprio da geografia que, por outro lado, reproduz a mesma compartimentação do conhecimento citada.

A abrangência do objeto de estudo da geografia é uma discussão ampla, estando associada à própria diferenciação existente entre o “saber científico” e o “saber vivido”. As diferenciações mais freqüentes residem na dicotomia entre a área física *versus* a área humana, desprezando algumas mostras de que ambas possuem claras interfaces, ou admitindo uma possível incapacidade do ser humano de lidar com tão amplo objeto. É como se o homem soubesse analisar tanto a sociedade quanto o corpo físico da Terra, mas juntar tamanha informação, ou seja, sintetizá-la, estivesse além do nosso alcance. Há ainda outro aspecto da mesma discussão, na qual a geografia é colocada como “a ciência dos lugares”, definição da qual aproximou-se Vidal de La Blache ao longo de seus trabalhos. O crescimento da discussão sobre os movimentos sociais, no contexto da compartimentação do conhecimento de forma cartesiana, pode resultar em uma certa dificuldade de inserção da análise geográfica.

#### **Sobre o Movimento Social, a Ciência e o modo de compreendê-los**

As questões referentes aos movimentos sociais estão, cada vez mais, presentes no debate geográfico. Nas décadas de 50 e 60, Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade registravam movimentos camponeses, conforme nos mostra Oliveira, citado por Fernandes (2000). A partir da década de 1980, toma maior vulto a quantidade dos trabalhos acerca da temática movimentos sociais, notadamente por teses e dissertações (FERNANDES, 2000).

Concomitantemente, uma nota pertinente a esses trabalhos reside nos referenciais teóricos utilizados na conceituação dos movimentos sociais, que parecem ser analisados segundo conceitos estabelecidos em diversas áreas do conhecimento, sem uma efetiva base geográfica, ou seja, sem que conceitos chave da geografia contribuíssem no melhor entendimento desses movimentos, como nos coloca claramente Fernandes (2000). Essa inserção da geografia em objetos de estudo aparentemente de outras disciplinas<sup>2</sup>, em especial a sociologia, não indica um problema em si, pois a compartimentação do conhecimento, há tempos, mostrou-se incapaz de dar conta dos problemas e/ou inquietações humanas. A esse respeito, Gonçalves (2002) nos diz:

*“(...) Limite entre saberes, limite entre disciplinas, limite entre países. Por todo lado se fala que os limites já não são rígidos, que os entes já não são tão “claros, distintos e definidos”, como recomendara René Descartes. Cada vez mais se fala de empresas internacionais, ou transnacionais, ou multinacionais, assim como se fala em interdisciplinaridade, transdisciplinaridade ou multidisciplinaridade. Enfim, por todo lado são usados os prefixos trans, inter ou multi, indicando que as fronteiras, sejam elas epistêmicas, sociológicas ou geográfico-políticas, se é que podemos separá-las, são mais porosas do que se acreditava. (...)”*

Dessa forma, a divisão dos estudos sobre os movimentos sociais pelos mais diversos campos do conhecimento tornou-se insuficiente, se é que já fora suficiente um dia. O entrecruzamento de diversas categorias de análise faz-se necessário, não somente a sociológica, como a geográfica, histórica, psicológica, entre tantas outras.

Esse cartesianismo resultou em tentativas de compreensão da realidade incompletas, pois a análise foi incompleta. Na realidade, qualquer análise será sempre incompleta. Prática comum na academia, além de base da ciência, analisar o objeto significa, de acordo com Santos (1978), a

*“(...) decomposição de um todo em suas partes constituintes; exame de cada parte de um todo; processo filosófico do qual se vai do composto ao simples, dos efeitos às causas. (...)”*

Nesse raciocínio, a análise contribui para o entendimento de um tema, mas é incapaz de esgotá-lo<sup>3</sup>. Mais do que isso, não raro representa o início de um processo no qual perde-se o foco do estudo. A análise aprofunda-se de tal forma em uma certa *parte constituinte* do todo que perde de vista o próprio todo. Reduzir, decifrar, enfim, analisar, significa também ater-se a certas características, ignorando outras. Por outro lado, a síntese, oposto de análise, possibilita uma visão de conjunto sendo, de acordo com Santos (1978), um

*“(...) método que reúne os elementos simples para formar o composto, que parte do princípio e chega às conseqüências. Operação que consiste em compor um todo com a ajuda de seus elementos. Em dialética Hegeliana e Hameliniana: superação da tese e da antítese num termo que as combine de um ponto de vista superior. (...)”*

<sup>2</sup> Não que a discussão sobre movimentos sociais seja externa à geografia, mas assim aparenta enquanto não estabelecemos conceitos geográficos que contribuam para o debate.

<sup>3</sup> Não que algum tema seja esgotável, mas sem dúvida esse deve ser nosso objetivo quando estudamos algo a fundo. Nossa crítica em relação à análise reside no fato de que a mesma, pura e simples, sem dúvida é incapaz de realizar o que se propõe.

Na busca do entendimento de um tema qualquer, apostamos em uma metodologia que parta do centro (o objeto de estudo) à análise, e desta novamente ao centro (o objeto de estudo) – realizando a síntese.

### Do Movimento Social ao Sócio-Espacial e Sócioterritorial

Movimento Social: “(...) *s.m.* – Comportamento coletivo à procura de uma nova maneira de viver; origina-se num momento de *Inquietação Social* e organiza-se pela adoção, por parte dos indivíduos em apreço, de um objetivo comum; a princípio, manifesta-se através dos mais simples tipos de comportamento coletivo, assumindo, porém, gradativamente, uma organização societária, com costumes e tradições, líderes reconhecidos, divisão do trabalho, valores sociais; p. ex. (...) o “movimento nazista”, na Alemanha, etc. (*Donald Pierson*) (...)” (SANTOS, 1978)

Movimento Social: “(...) A adequada definição do fenômeno movimento social (...) deve conter os seguintes componentes:

- (1) Uma coletividade de indivíduos atuando juntos.
- (2) O objetivo comum da ação é uma certa mudança na sociedade.
- (3) A coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal.
- (4) As ações têm um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não-institucionalizadas e não-convencionais.

Em resumo, por movimentos sociais referimo-nos a coletivos fracamente organizados que atuam juntos de maneira não-institucionalizada para produzir alguma mudança na sociedade. (...)” (SZTOMPKA, 1998).

A compreensão dos movimentos sociais na geografia tem sido alvo de um debate acerca da abordagem que é feita para compreendê-los, conforme vimos anteriormente. Em recente trabalho de Fernandes (2000), houve a consolidação de uma proposta de abordagem, na qual a espacialidade e a territorialidade viriam a ser dois processos geográficos capazes de contribuir para o entendimento desses movimentos. Mais do que isso, legitimariam a discussão dos mesmos na geografia.

Quanto a espacialidade, representaria o fato de que alguns movimentos sociais teriam o espaço como trunfo. Dessa discussão, tratada também por Martin (1997 e 1998), citado por Fernandes (2000), cunhou-se o termo *movimento sócio-espacial*.

A territorialidade, por sua vez, representaria os movimentos que tem como um de seus objetivos principais a conquista da terra/território, tal qual o MST, dando origem ao termo *movimento sócio-territorial*.

Com essas especificidades, para a geografia não existiriam conceitos diferentes que não esses citados. Os movimentos sócio-espaciais e sócio-territoriais seriam, para a geografia, o mesmo que os movimentos sociais para a sociologia, vistos por um outro aspecto.

A academia, já a bastante tempo, tem como objeto de estudo manifestações da sociedade, tal qual o citado MST a partir da década de 1980, ou mesmo outros anteriores. Estudá-los não significa torná-los mais fortes, mas possui duas importantes funções a princípio: O fato de serem objeto de estudo é um bom “termômetro” de sua notoriedade. A espacialização, nesse caso, atingiu níveis elevados, de acordo com esse critério.

Além disso, os trabalhos buscam uma análise científica associada, muitas vezes, à visão de mundo do grupo manifestante, o que contribui para sua melhor aceitação na sociedade. É como se, de certa forma, a ciência “preparasse o terreno” para uma possível modificação em nossa sociedade, sendo um elo de ligação. Ressalta-se o aspecto de legitimação nesse caso, exercendo a ciência, inclusive, uma (re)ligação do movimento social e a sociedade.

É importante ressaltar que não podemos, afim de compreender os movimentos sociais e, de alguma forma, contribuir para sua atividade, estabelecer critérios diferenciados para os mesmos movimentos. Com isso, corremos o risco de incorrer no problema da análise dissociada da síntese. O movimento social e o sócio-espacial e/ou sócio-territorial são, necessariamente, a mesma manifestação vista por variados aspectos. Partir dessa premissa é importante por dois pontos principais:

Na medida em que detectamos problemas advindos do método científico, baseado também na diferenciação das áreas do conhecimento para a definição clara dos objetos de estudo, como tão bem fizera Milton Santos para a geografia, é no mínimo recomendável que busquemos uma interação maior, respeitando as divisões científicas<sup>4</sup>, mas tendo como objetivo sintetizar a análise que realizamos.

A discussão que trava-se atualmente a respeito da nomenclatura (que representa uma prática) com a qual a geografia insere-se na discussão a respeito dos movimentos sociais é de suma importância, na medida em que possui a capacidade de aproximá-la ou afastá-la dos demais campos do conhecimento que objetivam a mesma compreensão. Na realidade, os movimentos sociais estão inseridos na geografia desde o início da análise geográfica. Quando defendemos a consideração dos mesmos como atores na construção do espaço geográfico, isso não é fruto de uma transformação recente na sociedade, de uma mudança social como coloca Sztompka (1998). A geografia ou desprezava os movimentos ou os analisava segundo uma nomenclatura designada por outras disciplinas que, cartesianamente, incomodam-se do “intrometimento” da “ciência do espaço”. Em outras palavras, o título “Do Movimento Social ao Sócio-Espacial e Sócio-Territorial” não significa que a partir de então existem novos movimentos, mas sim que os mesmos movimentos passam a serem analisados de acordo com novas categorias de análise no âmbito da geografia, como coloca Fernandes (2000).

### **Alguns reflexos da aproximação entre a geografia e os movimentos sociais**

Essa inserção recente da geografia na discussão dos movimentos sociais pode ser percebida em uma breve observação dos trabalhos produzidos por geógrafos. Os textos acadêmicos traduzem um início de aproximação, que encontra resistências de variadas formas, mesmo em um momento de renovação da geografia que passa a carregar o ponto de vista marxista a partir de 1978, como coloca Ramos (2003).

Por outro lado, a continuidade da aproximação pode ser percebida em trabalhos de livros didáticos, que traduzem um marco no processo. Nesses trabalhos, os movimentos sociais apresentam-se muito mais como um apêndice, como uma curiosidade, do que como centro de uma discussão<sup>5</sup>.

São raros e novos os casos de trabalhos como o de Oliveira (1996), no qual em uma abordagem sobre a agricultura brasileira há um capítulo específico para os movimentos sociais, intitulado “Os Movimentos Sociais no Campo e a Reforma Agrária no Brasil”. Na grande maioria dos casos, o que encontramos é uma nota externa à problemática da realidade do lugar. Essa realidade considera as pessoas de forma, quase sempre, objetiva. Em um estudo sobre a população, analisa-se problemas baseados em gráficos de distribuição de renda ou pirâmides etárias, por exemplo. No mesmo trabalho em que Oliveira produziu essa forma de abordagem, o espaço destinado ao meio urbano não conta com nada semelhante.

Buscando uma forma de quantificar essa inserção da geografia nos movimentos sociais, continuada a seqüência analítica de reflexo nos livros didáticos, utilizaremos como

<sup>4</sup> O livre trânsito sobre as diversas áreas do conhecimento distancia-se na medida em que a base de preparação não é voltada para esse objetivo.

<sup>5</sup> É importante frisar que a possível fraca abordagem que destina-se aos movimentos sociais nos livros didáticos ainda não foi suficientemente quantificada, além de ter sido apenas superficialmente qualificada. Tais constatações são fruto de um contato constante com os livros de que tratamos, onde detectamos a carência.

referência três dos principais autores e livros mais utilizados nas escolas do Rio de Janeiro<sup>6</sup>, a saber:

- Geografia do Brasil<sup>7</sup>, organizado por Jurandyr Luciano Sanches Ross, da Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP – do ano de 1996.
- Geografia: Paisagem e Território (Geral e do Brasil), de Demétrio Magnoli e Regina Araújo, da Editora Moderna, 2001.
- Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização, de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, da Editora Scipione, 1998.

No trabalho de Ross (1996), os movimentos sociais são claramente abordados, compondo inclusive um Capítulo<sup>8</sup> já citado anteriormente, escrito por Ariovaldo Umbelino de Oliveira e intitulado “Os Movimentos Sociais no Campo e a Reforma Agrária no Brasil”, incluída na Unidade “Agricultura brasileira: Transformações recentes”. A aparente inovação, por sua vez, não encontra na mesma obra um padrão de abordagem. A parte reservada à população ou à urbanização não contam com nada semelhante, apesar de se constituírem em um belo trabalho.

No trabalho de Magnoli e Araújo (2001), encontramos uma análise dos movimentos sociais de forma também fragmentada: há um breve espaço (como Item) para o registro das intituladas “lutas pela terra”, relativamente freqüente também em outros trabalhos.

O trabalho de Sene (1998) aproxima-se dos Movimentos Sociais na Unidade intitulada “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, no capítulo 4 – “Lutas em defesa do Meio Ambiente”. Essa abordagem dos movimentos sociais associados a questões ambientais é ressaltada por Martin (1997 e 1998), após a percepção dos mesmos, em trabalhos realizados pela professora Bertha Becker a partir da década de 1980, ocupando o espaço das reivindicações de base Marxista, que teriam entrado em declínio. Assim como no trabalho de Magnoli e Araújo (2001), há um breve espaço para os movimentos sociais do campo.

### Conclusão

Sobre a inserção da geografia no universo dos movimentos sociais podemos afirmar que ocorre em enorme escala, e o reflexo dos mesmos nos trabalhos científicos já se faz presente em também larga escala. O debate em materiais de ensino médio, por exemplo, surge com intensidade menor, aparentemente, traduzindo um movimento natural. Sobre esses trabalhos, podemos observar que:

1º) A introdução dos movimentos sociais não se apresenta efetivada, o que podemos constatar pela inconstância dos mesmos, ou seja, pela irregularidade com que são tratados, tanto em quantidade como na forma de inserção e abordagem.

2º) Os movimentos sociais do campo, talvez por sua estrutura de formação e reivindicação, aparecem como as poucas formas tratadas, em detrimento a manifestações destacadas por Martin,

*“(…) Nas cidades, nos bairros: os Movimentos Sociais Urbanos (MSU); as Associações de Moradores; os Conselhos Comunitários, assim como dos*

---

<sup>6</sup> Acreditamos que a abrangência desses livros seja de todo o território nacional, o que não podemos afirmar no momento por não termos ainda buscado a informação em fontes confiáveis.

<sup>7</sup> Apesar de ser intitulado como uma obra referente ao Brasil, este trabalho apresenta uma análise de inserção do país em uma escala global.

<sup>8</sup> O trabalho de Ross (1996) não possui os por nós chamados Itens, apenas as Unidades e os Capítulos.

*Clubes de Mães, Grupos Jovens, dos Movimentos de Defesa dos Favelados; dos Movimentos dos Sem-Teto ou dos Sem Casas (...)*

Na essência, as manifestações da cidade e do campo apresentam a mesma raiz espacial / territorial, pois como coloca Scherer Warren, citada por Martin (1997 e 1998):

*“(...) Qual é o denominador comum desses movimentos? (...) Neles defende-se o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, através dos Movimentos Sociais Urbanos; o direito a permanecer na moradia e na terra ocupada, pelos Movimentos dos Favelados; o direito à terra para o trabalho, pelo Movimento dos Sem-Terra (...) e assim por diante”. Contudo, mais do que um abstrato “espaço de cidadania”, o ponto comum desses movimentos é, simplesmente, a luta pelo direito ao espaço concreto: o espaço de vida e/ou do trabalho que é sempre a sua base e o seu trunfo, a atividade fundamental desses movimentos. É por esse fato que eles não são somente sociais, mas também espaciais que podem ser denominados de movimentos “socioespaciais” (...)*”

### Referencias bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Fundamental: 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. São Paulo: Terra Livre, 2000.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1979.

GARCIA, Regina Leite (Org.). Aprendendo com os movimentos sociais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais – Paradigmas Clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter-Porto. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Conflicto Social, Militarización y Democracia em América Latina – nuevos problemas y desafios para los estudios sobre conflicto y paz em la región”. Buenos Aires: Clacso, 2002.

KOENIG, Samuel. Elementos de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales – Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. Geografia: Paisagem e território – Geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In ROSS, Jurandyr. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.

RAMOS, Marcelo Japiassú. A produção geográfico-acadêmica na UFRJ, UNESP-Rio Claro e USP, e o movimento de renovação teórica e política da geografia brasileira no período

1978-2001 ou Onde estão os movimentos sociais na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado (Departamento de Geografia – UFF), 2003.

SANTOS, Washington dos. Vocabulário de sociologia. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978.

SENE, Eustáquio de e MOREIRA, João Carlos. Geografia geral e do Brasil – Espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 1998.

SZTOMPKA, Piotr. A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.